

TCU: metrô atenderá os pobres

GERALDO MAGELA 2/1/2000

MINISTRO ADYLSON MOTA ESCREVE QUE OBRA VAI BENEFICIAR A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

A conclusão do metrô de Brasília é uma obra de grande alcance social. "O atraso de sua efetiva entrada em operação traduz-se num dia a mais de privação de milhares de usuário, notadamente aqueles de baixa renda", escreveu o ministro Adylson Motta, do Tribunal de Contas da União, em parecer feito sobre a obra, que foi aprovado pelo plenário do TCU.

O Tribunal de Contas da União (TCU) não apontou irregularidades na obra do metrô e considerou "suficientes" as explicações do Governo do Distrito Federal sobre a obra que, por isso mesmo, não terá o seu cronograma alterado. O TCU apenas apontou falhas que, segundo o próprio Tribunal, podem ser corrigidas facilmente. E deu recomendações (como a revisão periódica dos custos) que são comuns a qualquer obra de grande porte.

O parecer do ministro Adylson Motta, que foi aprovado pelo plenário do TCU

na quarta-feira, destaca a importância do metrô para o sistema de transportes coletivos de Brasília. "Em face disso, os esforços devem convergir para a finalização das obras e sua efetiva operação, o mais rápido possível", diz o relatório.

Segundo informa o secretário de Comunicação do GDF, Weligton Moraes, a obra prosseguirá normalmente. "A decisão do TCU, além de comprovar a lisura e a transparência com que são aplicados os recursos da União para o metrô, garante o cronograma da obra", resalta Moraes. "Os testes finais para a entrada em operação do novo sistema de transporte começam no próximo dia 15, com o metrô saindo de Samambaia e pela primeira vez chegando à estação central, que fica embaixo da Rodoviária do Plano Piloto", acrescenta ele.

Os testes vão durar 40 dias. Em fevereiro, o metrô começará a operar comercialmente no que compreende Samambaia, Taguatinga e a estação central da Rodoviária do Plano Piloto.

Na avaliação do GDF, o fato de o presidente da Comissão Mista do Orçamento do Congresso, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), não ter garantido a liberação de recursos para o metrô em 2001 não significa que haja proble-



A PARTIR de fevereiro, o metrô começa a transportar passageiros de Samambaia à estação da Rodoviária

mas na obra. "Ele não poderia mesmo ter dado uma garantia pessoal, pois a liberação depende de uma votação dos parlamentares. Esse é um critério básico que vale para todas as obras, não tem nada a ver com o metrô especificamente", frisa Moraes.

O Secretário só se irritou com a reportagem do jornal Correio Braziliense do fato, que ele considera leviana.

"Aquele jornal está contra uma obra que terá grande importância para a cidade, especialmente para os trabalhadores de baixa renda que precisam do transporte coletivo", lembra. "Não surpreende: eles também são contra a Ponte do Mosteiro, que vai beneficiar 500 mil pessoas, contra a construção de viadutos, que vão resolver a maior parte dos problemas de trânsito e

contra a construção da barragem, que vai garantir abastecimento normal de água para todo o Distrito Federal".

Moraes lembra que o próprio ministro do TCU, relator do processo, aconselha a finalização da obra. "Cediço que os esforços devam convergir para a finalização das obras e sua efetiva operação, o mais rápido possível", escreveu o ministro Adylson Motta.